

COM BASE NO EDITAL NÚMERO 002/2026



SÃO ROQUE-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO PAULO

PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SÃO ROQUE-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE - SÃO PAULO

**PROFESSOR ADJUNTO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

EDITAL NÚMERO 002/2026

CÓD: OP-038FV-26
7908403587919

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. A comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos	9
2. Coesão e coerência textuais	10
3. Intertextualidade	11
4. Polifonia	11
5. A língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria	11
6. Língua padrão: ortografia	13
7. Acentuação	16
8. Pontuação	16
9. Figuras de linguagem	18
10. Semântica: denotação e conotação; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; sentido denotativo e conotativo (figurado)	22
11. Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras.....	24
12. Classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições.....	25
13. Sintaxe: termos e orações coordenadas e subordinadas.....	32
14. Concordância nominal e verbal	37
15. Regência nominal e verbal.....	39
16. Crase	41
17. Sintaxe de colocação.....	41
18. Vícios de linguagem	42

Matemática

1. Estruturas lógicas.....	53
2. Lógica da argumentação	58
3. Diagramas lógicos	62
4. Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). conjunto de números reais e conjunto de números racionais. frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações	63
5. Múltiplos e divisores.....	70
6. Números primos	71
7. Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	72
8. Expressões numéricas.....	73
9. Equações do 1º e 2º graus	73
10. Sistemas de equações do 1º e 2º graus	75
11. Funções do 1º e 2º grau.....	77
12. Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); teorema de pitágoras; ângulos; geometria – área, volume e perímetro.....	82
13. Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal.....	91

ÍNDICE

1. Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	41
2. Regra de três simples e composta	43
3. Porcentagem	44
4. Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	47
5. Média aritmética simples e ponderada	47
6. Problemas envolvendo os itens do programa proposto	48

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história.....	107
2. Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas; fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet.....	109

Legislação Educacional

1. Constituição federal 1988: capítulo III- seção I - da educação – artigos 205 ao 214	111
2. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – estatuto da criança e do adolescente (ECA): capítulo iv – do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (arts. 53 a 59)	114
3. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)	115
4. Resolução CNE/CP nº 4, de 13 de julho de 2010 – define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica	136
5. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades da educação básica	146
6. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – aprova o plano nacional de educação (PNE) e dá outras providências	152
7. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	168
8. Decreto nº 12.686 de 20 de outubro de 2025 - institui a política nacional de educação especial inclusiva e a rede nacional de educação especial inclusiva	173

Conhecimentos Específicos Professor Adjunto de Educação Infantil

1. A criança e a educação infantil: história, concepções	181
2. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil.....	182
3. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos	188
4. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar	189
5. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro.....	192
6. Avaliação na educação infantil.....	204
7. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais	207
8. O professor de educação infantil	211
9. Família e instituição	213
10. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades.....	214

ÍNDICE

1. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	36
2. Teoria e Prática da Educação.....	38
3. Conhecimentos Político-Pedagógicos	39
4. Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	40
5. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	44
6. Colegiados escolares.....	48
7. Projetos político-pedagógicos.....	49
8. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar	49
9. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdo do ensino e da aprendizagem	50
10. Conhecimento na escola.....	52
11. A organização do tempo e do espaço	53
12. Avaliação escolar.....	55
13. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva	56
14. Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	58
15. Currículo e cultura	58
16. Tendências pedagógicas na prática escolar	61
17. Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro	63

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

A COMUNICAÇÃO: LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO; O TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO ESSENCIAL DA LINGUAGEM

A comunicação é um dos pilares da vida em sociedade. Desde os gestos mais simples até as manifestações mais complexas da linguagem escrita ou oral, comunicar-se é fundamental para estabelecer relações, construir conhecimento e atuar no mundo. O processo comunicativo, em sua essência, envolve a troca de informações entre um emissor e um receptor, mediada por uma mensagem. Esse processo é viabilizado por um canal, estruturado por um código e situado em um contexto. Esses seis elementos formam o chamado modelo clássico da comunicação, conforme definido por Roman Jakobson.

Compreender os mecanismos e os recursos envolvidos na comunicação é essencial para interpretar textos, analisar discursos e atribuir sentido às mensagens. Isso se torna ainda mais relevante no contexto dos concursos públicos, nos quais a habilidade de leitura, interpretação e produção textual é constantemente exigida.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA: DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS

A linguagem é uma faculdade humana universal, que permite a comunicação. Pode se manifestar de diversas formas — verbal (oral ou escrita), não verbal (imagens, gestos, sons) ou mista (como em tirinhas e propagandas). Já a língua é um sistema de signos linguísticos compartilhado por uma comunidade, como o português, o espanhol ou o inglês. Por fim, a fala representa o uso individual da língua em situações específicas.

Roman Jakobson também contribuiu com a teoria das funções da linguagem, que ajudam a compreender o objetivo principal de um ato comunicativo:

- Referencial: transmite uma informação objetiva (ex: notícias);
- Emotiva: expressa emoções do emissor (ex: diários, desabafos);
- Conativa: busca provocar uma ação no receptor (ex: ordens, pedidos);
- Fática: verifica ou mantém o canal de comunicação (ex: “alô”, “tá me ouvindo?”);
- Metalinguística: usa a linguagem para falar da própria linguagem (ex: definições gramaticais);
- Poética: valoriza a forma da mensagem (ex: poemas, slogans publicitários).

Reconhecer essas funções ajuda a identificar a intenção comunicativa de diferentes textos.

TEXTO: CONCEITO, TIPOS E PROPRIEDADES

Um texto é uma unidade de sentido composta por enunciados que se organizam com base na coesão e na coerência. Ele pode ser escrito ou oral, verbal ou não verbal. O importante é que tenha intencionalidade comunicativa, ou seja, que seja produzido com o objetivo de transmitir uma mensagem compreensível.

Os tipos textuais mais cobrados em concursos são:

- Narração: relata acontecimentos com personagens, tempo e espaço definidos;
- Descrição: apresenta características de seres, lugares, objetos;
- Dissertação: expõe ideias, podendo ser argumentativa ou expositiva;
- Injunção: orienta o leitor a agir, como em manuais e receitas;
- Exposição: apresenta informações de forma neutra e objetiva.

Além disso, os gêneros textuais são manifestações concretas desses tipos, moldadas por contextos sociais. Um artigo de opinião, por exemplo, é um gênero com predominância do tipo dissertativo-argumentativo.

Duas propriedades essenciais do texto são:

- Coesão: ligação formal entre as partes do texto (uso de pronomes, conjunções, elipses, etc.);
- Coerência: sentido lógico entre as ideias do texto, respeitando o conhecimento de mundo e as expectativas do leitor.

DISCURSO: CONCEITO E RELAÇÕES COM A LINGUAGEM E O TEXTO

Texto e discurso não são sinônimos. O discurso é a materialização do texto em um contexto histórico, social e ideológico. É a forma como os sentidos são produzidos nas interações humanas, levando em conta a posição de quem fala, para quem se fala, e com que intenção se fala.

Autores como Mikhail Bakhtin e Michel Foucault foram fundamentais para a teoria do discurso. Bakhtin, por exemplo, destaca o caráter dialógico da linguagem: todo enunciado é uma resposta a outros e se antecipa a novas respostas. Essa concepção introduz o conceito de interdiscursividade e de heterogeneidade discursiva, revelando como um texto carrega ecos de outros textos e vozes sociais.

Analisar o discurso é, portanto, interpretar o sentido além da estrutura formal do texto, considerando fatores ideológicos, sociais e culturais.



AMOSTRA

TEXTO, CONTEXTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

A interpretação textual não depende apenas do que está escrito, mas também do contexto em que o texto foi produzido e lido. Esse contexto pode ser:

- Situacional: onde e como a comunicação ocorre;
- Sociocultural: valores, crenças e hábitos compartilhados;
- Histórico: momento e circunstâncias da produção do texto;
- Ideológico: posição política, moral ou cultural de quem escreve.

Esses elementos afetam diretamente a construção dos sentidos. É por isso que, muitas vezes, a compreensão de um texto exige o domínio de conhecimentos extralinguísticos. As inferências — ou seja, as informações que o leitor deduz com base em pistas — são fundamentais nesse processo.

Exemplo:

Se um texto diz “João colocou o casaco antes de sair”, é possível inferir que fazia frio, mesmo que isso não tenha sido dito explicitamente.

COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► **Coesão**

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto esta: colonização africana. Mais um ano igual <i>aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A menina está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	– Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	– Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, mas estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	– Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha casa é clara. Os quartos, a sala e a cozinha têm janelas grandes.

► **Coerência**

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.



MATEMÁTICA

ESTRUTURAS LÓGICAS

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

AMOSTRA

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee
Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo \rightarrow); ...se, e somente se, ... (símbolo \leftrightarrow).

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE: POLÍTICA, ECONOMIA, GEOGRAFIA, SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA

São Roque¹ é um município brasileiro localizado no interior do estado de São Paulo, inserido na Região Metropolitana de Sorocaba, na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista e na Microrregião de Sorocaba. Situa-se à latitude 23°31'45" Sul e à longitude 47°08'07" Oeste, a uma altitude de 771 metros. De acordo com estimativas do IBGE para 2025, sua população era de 81.366 habitantes, distribuídos em uma área de 307,55 km², composta por 106 bairros. O município é constituído pela sede e pelos distritos de Canguera, Mailasqui e São João Novo. Também é reconhecido como a cidade pioneira na incorporação da celebração do Halloween em seu calendário oficial, atraindo grande número de visitantes.



Localização de São Roque no estado de São Paulo

HISTÓRIA

Casa Grande e Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque. Edificada por volta de 1640, representa um relevante exemplar de casa bandeirista.

Fundada na segunda metade do século XVII pelo bandeirante Pedro Vaz de Barros — mais conhecido como Vaz-Guaçu — a cidade teve origem a partir de uma extensa fazenda e de uma capela construída por ele no local. A capela — situada onde atualmente se encontra a Praça da Matriz — foi erguida em devoção a São Roque, possivelmente com o propósito de evitar perseguições ou investigações relacionadas à prática do judaísmo.

Pedro Vaz de Barros era filho de Jerônimo Pedroso e Joana Vaz de Barros, cristãos-novos nascidos em Lisboa, Portugal. A fazenda dedicava-se ao cultivo de vinhedos e trigais, utilizando inicialmente mão de obra indígena e, posteriormente, escravizados africanos. Pouco tempo após a instalação dessa propriedade, o irmão de Pedro Vaz — Fernão Paes de Barros — também se estabeleceu em São Roque, seguindo modelo semelhante ao do irmão, fundando uma fazenda e uma capela, esta dedicada a Santo Antônio.

A capela original dedicada a São Roque, assim como as igrejas barrocas que a sucederam no Largo da Matriz, foram demolidas e gradualmente modernizadas, assim como toda a paisagem ao redor do Largo. Registros indicam que, até a década de 1940, o Largo da Matriz era composto por um conjunto arquitetônico barroco, cercado por grandes casarões.

Antes de ser elevada à categoria de vila em 1832, a localidade foi declarada freguesia de Santana de Parnaíba, no ano de 1764. Em 1864, passou à condição de município. Entre 1872 e 1875, foram inauguradas a Santa Casa de Misericórdia e a estação da Estrada de Ferro Sorocabana. No final do século XIX, sua economia foi impulsionada pela chegada de imigrantes italianos e, sobretudo, ingleses.

Em 8 de abril de 1834, foi criado o Primeiro Cartório de Protesto de Notas e Títulos. O fórum judicial foi instituído em 15.04.1873, com a instalação de dois escritórios judiciais. No ano seguinte, foi estabelecido o 1º Cartório de Registro de Imóveis. Em 01.01.1889, foi instalado o Primeiro Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais. Em 1893, entrou em funcionamento o 2º Cartório de Protesto de Notas e Títulos.

Segundo registros, tais avanços ocorreram em razão da influência política do Sr. Antônio Joaquim da Rosa, o Barão de Piratininga, figura de destaque em São Roque e, ao que consta, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II. O Barão de Piratininga chegou, inclusive, a ser nomeado presidente da província de São Paulo no ano de 1869.

Em 1890, o industrial italiano Enrico Dell'Acqua fundou a BRASITAL, uma das primeiras indústrias têxteis do Brasil, que permaneceu em atividade até meados da década de 1970. Atualmente, integra o patrimônio público municipal, abrigando um centro cultural e educacional, além da biblioteca municipal.

A primeira tipografia da cidade foi criada pelos irmãos Boccato, que passaram a publicar um semanário denominado "O Democrata". O jornal foi fundado em 1º de maio de 1917. O primeiro ginásio da cidade, a escola "Horácio Manley Lane", foi inaugurado em 1947. Manley Lane foi um cidadão de destaque, de ascendência inglesa, que contribuiu para a difusão e preservação de práticas e tradições anglicanas, como o próprio "Dia das Bruxas".

1 [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Roque_(S%C3%A3o_Paulo))

AMOSTRA

HALLOWEEN EM SÃO ROQUE

O “Halloween de São Roque”, município do interior paulista, é uma comemoração anual oficialmente reconhecida no calendário de eventos da cidade desde o ano 2000. A festividade, de origem celta, consolidou-se como parte do repertório cultural local, refletindo a diversidade histórica e étnica do município, especialmente sua formação a partir de comunidades imigrantes portuguesas, inglesas, italianas e outras de origem europeia.

► **Reconhecimento Legal em São Roque**

Em São Roque, o Halloween foi oficialmente reconhecido por meio da Lei Ordinária nº 3.114, de 2000, que incluiu o evento denominado Halloween Party no Calendário Oficial de Eventos do município. A referida legislação estabelece:

Art. 1º - Ficam incluídos no Calendário Oficial de Eventos da Estância Turística de São Roque os eventos: Halloween Party, Encontro de Automóveis Antigos e São Roque Folia.

A lei possibilitou a promoção e organização formal do evento, garantindo apoio institucional e inserção no calendário turístico-cultural da cidade. Dessa forma, a festividade passou a integrar a história local e as tradições associadas à imigração inglesa do século XIX.

► **Celebrações na Cidade**

Desde sua inclusão no calendário oficial, o Halloween passou a ser celebrado por escolas, clubes e associações do município. São frequentes os desfiles de fantasias infantis, festas temáticas, concursos, apresentações artísticas e decorações em estabelecimentos comerciais e nas ruas centrais. Em determinados anos, o São Roque Clube e instituições como a Vila Don Patto também promoveram festividades direcionadas ao público jovem e adulto.

O evento atrai moradores e visitantes de cidades vizinhas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e incentivando o intercâmbio cultural.

GEOGRAFIA¹

Indicador	Informação
Área	313 km ²
Densidade demográfica	229,3 habitantes por km ²
Grau de urbanização	75,97% da população vive na área urbana
Área geográfica	Limita-se com os municípios de Mairinque, Itu, Araçariguama, Itapevi, Vargem Grande Paulista, Cotia e Ibiúna
Clima	Temperado, brando e sem estiagem
Temperatura	Mínima 22º, média 30º, alta 33º

► **Características da Vegetação Original e Atual**

A cobertura vegetal nativa original era majoritariamente composta por Mata Atlântica, com floresta latifoliada tropical densa e exuberante, formada por árvores altas, copas amplas e por arbustos com muitos galhos e folhas. Em encostas úmidas, havia desenvolvimento de cipós, samambaias, parasitas, arbustos e árvores de troncos finos e elevados. Entre as espécies arbóreas, destacava-se o jacarandá.

Chegava ao território de São Roque a floresta tropical de planalto, menos úmida e com espécies vegetais de interesse comercial, como peroba, cedro, pau-d’alho, amoreira, figueira-branca, jatobá, canela e ipê.

Entre essas áreas de mata, sobretudo nos planaltos, existiam campos sujos ou cerrados.

A devastação foi intensa no período colonial. Atualmente, praticamente não há no município áreas de matas nativas primárias. Persistem formações secundárias, nas quais grande parte da madeira mais nobre já foi retirada, predominando hoje a capoeira.

¹ <https://www.saoroque.sp.gov.br/portal/servicos/1011/caracterizacao-do-territorio>

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988: CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO – ARTIGOS 205 AO 214

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

AMOSTRA

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime

de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES

A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem assumido crescente relevância no cenário educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, avanços legais e teóricos consolidaram essa etapa como direito da criança e dever do Estado, superando antigas concepções assistencialistas e higienistas. Contudo, compreender a Educação Infantil exige, antes de tudo, conhecer como a infância foi historicamente construída como categoria social, e como isso influenciou (e ainda influencia) as práticas pedagógicas.

Historicamente, a criança foi vista de diversas formas: como “pequeno adulto”, como sujeito passivo, como propriedade da família ou do Estado. A pedagogia moderna, porém, passou a reconhecer a criança como sujeito de direitos, ativa, potente, dotada de linguagem e cultura próprias. Essa mudança de paradigma reflete-se nas políticas públicas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas práticas pedagógicas mais contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO COMO SUJEITO

A noção de infância nem sempre existiu como a conhecemos hoje. No século XIII e XIV, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura. Segundo o historiador Philippe Ariès, em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a ideia de infância como uma fase distinta da vida surge somente a partir da modernidade, com o advento da escola, da imprensa e da medicina.

Durante séculos, a infância foi marcada pela exclusão social e pela negligência. Crianças pobres eram frequentemente entregues ao trabalho desde muito cedo, e sua educação não era uma prioridade social. Com o iluminismo e o surgimento do pensamento pedagógico moderno — notadamente com Rousseau e sua obra *Emílio*, ou da Educação —, começa a surgir uma visão mais humanizada da criança, reconhecendo sua especificidade e necessidade de proteção e formação.

No Brasil, o reconhecimento da infância como uma fase singular é tardio. Até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade da família ou da Igreja. Apenas no século XX, com o avanço dos direitos sociais, começa-se a institucionalizar políticas para a infância. A partir da década de 1980, com a redemocratização, surgem movimentos em defesa da criança e do adolescente, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 — marco fundamental na garantia de direitos dessa população.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA NA PEDAGOGIA: DO ASSISTENCIALISMO AO PROTAGONISMO INFANTIL

As práticas pedagógicas sempre refletiram as concepções predominantes sobre a infância. Tradicionalmente, a criança era vista como um ser incompleto, carente de cuidados e de formação moral. Essa visão resultava em práticas educativas voltadas para a disciplina, a moralização e a preparação para a vida adulta, sem considerar os saberes e interesses da própria criança.

Durante grande parte do século XX, a Educação Infantil teve caráter assistencialista, ligada à saúde, higiene e alimentação. A função pedagógica das creches e pré-escolas era secundarizada. No entanto, com o avanço das teorias do desenvolvimento infantil — especialmente com Piaget, Vygotsky, Wallon e, mais tarde, Emília Ferreiro —, começou-se a compreender a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir de maneira significativa com o meio.

Essa mudança teórica impulsionou novas práticas pedagógicas, centradas na escuta da criança, no brincar, na linguagem e na valorização da cultura infantil. A concepção atual, defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e pela BNCC (2017), é a de uma criança potente, curiosa, competente e cidadã desde o nascimento, com direito a ser respeitada em sua singularidade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: EVOLUÇÃO LEGAL E POLÍTICA

A institucionalização da Educação Infantil como um direito educacional no Brasil é um processo relativamente recente. A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro marco legal a incluir explicitamente a creche e a pré-escola como direito da criança e dever do Estado (art. 208, inciso IV). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) reafirmou essa prerrogativa, definindo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, voltada ao desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em 2009, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que estabelecem as DCNEI, representaram um avanço significativo ao tratar da Educação Infantil como parte do processo educacional, com objetivos pedagógicos próprios, rompendo definitivamente com a lógica apenas assistencial.

Mais recentemente, a BNCC (2017) organizou a Educação Infantil em campos de experiências, que visam garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos reconhecem a criança como centro da ação pedagógica e como sujeito que aprende na relação com os outros, com o mundo e consigo mesma.

AMOSTRA

O PAPEL DO EDUCADOR E A PEDAGOGIA DA ESCUTA E DO CUIDADO

A concepção de criança como sujeito ativo transforma profundamente o papel do educador na Educação Infantil. O professor deixa de ser apenas um transmissor de conteúdos e passa a ser mediador, observador, provocador e parceiro das descobertas infantis. Cabe a ele garantir contextos de aprendizagem ricos, desafiadores e afetivos.

A prática pedagógica na Educação Infantil deve basear-se na escuta sensível das crianças. Isso significa observar seus gestos, falas, brincadeiras e interações, compreendendo o que expressam, mesmo quando não o fazem por meio da linguagem verbal. A escuta, nesse contexto, é ato político, pedagógico e ético.

Outro ponto central é a valorização do cuidado como parte do ato educativo. Alimentar, trocar fraldas, acolher e confortar são ações que também educam, e não devem ser vistas como meras tarefas auxiliares. A indissociabilidade entre cuidar e educar é um dos princípios mais importantes da Educação Infantil contemporânea, defendido tanto nas DCNEI quanto na BNCC.

Por fim, o educador da infância precisa atuar como pesquisador de sua prática, constantemente refletindo, registrando e reelaborando suas ações pedagógicas. A documentação pedagógica, inspirada na abordagem de Reggio Emilia, é uma ferramenta fundamental nesse processo de formação contínua.

TEORIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem é uma área central nos estudos educacionais, pois busca compreender os processos pelos quais os indivíduos se desenvolvem física, emocional, cognitiva e socialmente, além de explicar como ocorre o aprendizado ao longo da vida. Essa área de estudo, originada na interseção entre psicologia e educação, fornece bases teóricas e práticas que ajudam os educadores a adaptar suas estratégias de ensino às diferentes fases do desenvolvimento dos alunos, facilitando a construção de conhecimento e habilidades.

No contexto escolar, é essencial que os professores compreendam as transformações que ocorrem em cada etapa do desenvolvimento humano e as diversas formas como o aprendizado pode se manifestar, de modo a promover um ambiente de ensino inclusivo e estimulante. A partir de teorias e estudos científicos, como os de Jean Piaget e Lev Vygotsky para o desenvolvimento cognitivo, ou Erik Erikson para o desenvolvimento psicossocial, educadores conseguem compreender melhor os limites e as potencialidades dos alunos. Essas teorias explicam, por exemplo, como as crianças e os adolescentes percebem e interagem com o mundo, desenvolvendo habilidades cognitivas, como a resolução de problemas, e emocionais, como a autoconfiança.

Além disso, as teorias da aprendizagem, como o behaviorismo, o cognitivismo e a teoria da aprendizagem social, oferecem modelos que elucidam o processo pelo qual as pessoas assimilam e retêm novos conhecimentos. Elas mostram que fatores como reforço positivo, observação e processos mentais internos são fundamentais na construção do conhecimento, permitindo que o ensino seja planejado para maximizar o engajamento e o desenvolvimento dos alunos.

Assim, ao estudar a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, educadores obtêm ferramentas para planejar aulas que respeitem as diferentes fases e estilos de aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais personalizada e eficaz.

► Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

► Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos):

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento de que certas propriedades, como quantidade, permanecem as mesmas mesmo quando a forma do objeto muda) e classificação (capacidade de organizar objetos em categorias) são aprendidos.

Estágio das Operações Formais (a partir dos 11 anos):

Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio abstrato e hipotético. O adolescente torna-se capaz de pensar sobre ideias complexas, elaborar hipóteses e



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

